

FABIO
ANDRE
DE
FARIAS
11/12/2024 13:32

<i>Unidade Demandante</i>	Corregedoria Regional		
<i>Responsável pela Unidade</i>	Desembargador Fábio André de Farias	<i>Matrícula</i>	00003012
<i>E-mail da Unidade</i>	corregedoria@trt6.jus.br	<i>Telefone</i>	(81) 3225-3536

<i>Descrição sucinta do objeto</i> ²	Solução para acesso à base de dados CPF e CNPJ da Receita Federal facilitando o exercício da atividade jurisdicional.				
<i>Data pretendida para contratação</i> ³	janeiro de 2025	<i>Valor total estimado</i> ⁴	R\$ 85.787,52	<i>Grau de prioridade</i> ⁵	alto

Item da contratação	Assinatura básica para acesso à base de dados CPF e CNPJ da Receita Federal.				
Quantidade estimada	1 assinatura	Unidade de medida	mensal	Valor unitário	728,96
Item da contratação	Acesso de usuários à base de dados CPF e CNPJ da Receita Federal.				
Quantidade estimada	300 usuários	Unidade de medida	mensal	Valor unitário	21,40

<i>Servidor(a) para participar do planejamento</i>	Renata Maria Pessoa Maranhão de Lima	<i>Matrícula</i>	7286
<i>E-mail do Servidor(a)</i>	renata.maranhao@trt6.jus.br	<i>Telefone</i>	(81) 3225 3250

PROAD 2024.2/2024.2 DO C22 Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2024.2/2024.2 DO C22: <https://proad.trt6.ius.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



A contratação do serviço é necessária para a obtenção de endereços e outros dados de partes e terceiros interessados nos processos que tramitam na Justiça do Trabalho, contribuindo para a efetividade, principalmente na fase de execução.

Com a descontinuação do acesso HOD e migração para o acesso PCAD, faz-se necessária nova contratação para consulta à base de dados CPF / CNPJ da Receita Federal, mantida pelo SERPRO.

Vale ressaltar que o novo acesso será realizado apenas por certificado digital, atualmente o acesso é possível por uso de CPF/senha ou certificado digital.

O contrato vigente (Proad 14953/2021) prevê apenas uma pessoa com acesso por Vara, o que é insuficiente, pois trata-se de um sistema bastante usado nas atividades jurisdicionais, o qual não pode ficar sem utilização em função de ausências do único servidor da Vara a possuir o acesso.

Em 2021, quando realizada a contratação vigente, por restrição orçamentária no Tribunal, foi liberado apenas um usuário com acesso, por Vara. Com a nova contratação, pontuamos a oportunidade e necessidade de acréscimo para 02 usuários por Vara, com acesso ao sistema.

Não há dependência com o objeto de outro DFD.

6.1 – Indique os objetivos estratégicos aos quais a contratação se alinha.

6.2 – Esclareça como a contratação está alinhada aos objetivos indicados no item anterior, e os seus impactos em indicadores do Plano Estratégico ou do Plano de Logística Sustentável do Tribunal, bem como se contribuirá para a promoção de políticas públicas adotadas pelo Tribunal.

- Garantir a duração razoável do processo: Esta contratação irá ajudar a garantir a razoável duração do processo, uma vez que ela possibilita a pesquisa de endereços e outros dados sensíveis de partes e terceiros interessados em processos que tramitam na Justiça do trabalho, permitindo o prosseguimento das ações, mormente no curso das execuções.
- Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados: Esta contratação irá ajudar a promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão

7 Descrição do problema a ser resolvido com a contratação pretendida, sob a perspectiva do interesse público, com indicação dos resultados almejados, sempre que possível de forma mensurável, a exemplo de percentual de redução de riscos ou de custos, indicadores relacionados à prestação jurisdicional, manutenção ou implantação de serviços, nível de obsolescência de equipamentos. etc.

⁸ Indicar a vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas.



praticados pois, em vez de um servidor por vara, passará a contar com dois servidores, mantida a integridade dos atos de gestão durante os afastamentos de um dos servidores indicados, além de trazer transparência ao acompanhamento das pesquisas realizadas. Ainda, a capacidade de pesquisar endereços e demais dados de partes e terceiros interessados mantém a integridade dos atos de gestão praticados, evitando equívocos de pessoas ou dados correlatos.

- Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas: Esta contratação irá ajudar a assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas, pois possibilita às Varas do Trabalho imprimirem a celeridade necessária ao andamento da execução, concretizando o objetivo das ações trabalhistas com a efetivação da prestação jurisdicional.

6.3 – Informe se a contratação foi prevista em projetos, planos de ação, planos diretores, táticos ou outros.

A presente contratação não estava prevista nos planos de ação, diretores ou táticos, pois o TRT6 só foi informado sobre a mudança de tecnologia realizada para a consulta à base de dados CPF / CNPJ da Receita Federal em meados de outubro de 2024.

7 – Restrições (se houver)⁹

Há restrição de prazo, pois segundo a Receita Federal o acesso via HOD será descontinuado em dezembro de 2024, sendo assim necessária uma nova contratação para acesso via PCAD já a partir de janeiro de 2025.

Recife, data conforme assinatura eletrônica

Fábio André de Farias
Desembargador Corregedor do TRT da 6ª Região

⁹ Indicar eventuais limitações que possam comprometer a contratação tempestiva do objeto.
PROAD 2004/2024. DOC 2. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.XZBM.XZBMK:
<https://proad.trt6.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>

